

**O CAMPO POLÍTICO, O CAMPO DA MÍDIA E A ARENA:  
RELAÇÕES POLÍTICAS E PRÁXIS EMPRESARIAL NO JORNAL  
DE SANTA CATARINA (1971-1979)**

***THE POLITICAL FIELD, THE MEDIA FIELD AND THE ARENA:  
POLITICAL RELATIONS AND BUSINESS PRAXIS IN THE JORNAL  
DE SANTA CATARINA (1971-1979)***

Ricardo Duwe

**RESUMO**

Por meio da operacionalização do conceito de *campo* do sociólogo Pierre Bourdieu, este trabalho busca realizar um estudo a respeito das relações entre *campo político*, *campo mídia* e *práxis empresarial* ao promover uma análise das distintas formas com que uma fração da elite empresarial e política da região do Vale do Itajaí em Santa Catarina serviu-se do impresso *Jornal de Santa Catarina* enquanto um instrumento de intervenção na disputas políticas locais durante a ditadura militar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura Militar; ARENA; Relações políticas; Mídia Impressa; Jornal de Santa Catarina.

**ABSTRACT**

Through the operationalization of the concept of field belonged to the sociologist Pierre Bourdieu , this work aims to do a study which concerns the *political field*, *journalist field* and *empresarial praxis* promoting an analysis of distinctive ways that a fraction of the business and political elite of Vale do Itajaí region in Santa Catarina served up the printed newspaper of *Jornal de Santa Catarina* as an intervention instrument in the local political disputes.

**KEY WORDS:** Military Dictatorship; ARENA; Elites; Printed Media; Jornal de Santa Catarina.

---

\*Ricardo Duwe é mestre em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2016). E-mail para contato: ricardoduwe@hotmail.com

## Introdução

No dia 18 de março de 1976, em meio a um amplo debate na Assembleia Legislativa de Santa Catarina a respeito da cobertura que os grandes jornais catarinenses estavam promovendo em torno das ações dos parlamentares do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o deputado estadual Nelson Pedrini, então líder da bancada da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) na Casa, não deixou margens para dúvidas a respeito da sua posição e de seu partido em torno da questão, afirmando o seguinte em seu pronunciamento:

Queremos fazer uma proclamação, senhor presidente e senhores deputados, para que fique bem claro e não se cometa continuamente proposital confusão: a de que se o MDB e os seus integrantes desejarem ter cobertura de suas atividades, em maior intensidade neste Estado, devem constituir a sua própria imprensa (PEDRINI, 1976, p.14 APUD PEREIRA, 1992, p.91).

O estudo que aqui se apresenta parte do pressuposto que tal posicionamento da bancada da ARENA fornece um indício privilegiado para se remontar uma rede de relações ainda pouco explorada pela historiografia a respeito das imbricadas conexões entre *campo político*, *campo mídia* e *práxis empresarial* durante a ditadura militar. Ao passo que tais redes de sociabilidades e interesses são reconstituídas, pode-se não somente ter uma noção mais nítida e complexa da *arquitetura social* da base de apoio do regime militar, bem como do papel que a mídia exerceu durante este período como um instrumento legitimador do sistema partidário vigente e sua falsa noção *democrática*. No caso catarinense aqui exposto para análise, pretende-se demonstrar como durante o período de vigência do bipartidarismo (1965-1979), o *campo político* não somente foi delimitado à um conjunto de práticas institucionais, eleições indiretas e diretas que sofriam a coerção de uma série de restrições, bem como à um sistema partidário formado de modo autoritário e com pouca margem para dissidências em relação ao governo militar, mas que tal configuração do mesmo foi amplamente propagada e legitimada pelo *campo mídia*, servindo também aos interesses particulares de uma elite empresarial local vinculada a ARENA.

Enquanto um campo disciplinar em ascensão desde a década de 1970, a História do Tempo Presente buscou distinguir-se de outras possíveis abordagens historiográficas por meio de uma preocupação mais apurada em relação aos

denominados *eventos* ou *períodos traumáticos* vividos pelas sociedades ocidentais no século XX. Ao centrar o foco de suas análises em torno das relações entre distintas temporalidades que convivem e disputam espaço nas sociedades contemporâneas (HARTOG, 2013; KOSELLECK, 2006), os/as historiadores/as desta vertente promoveram não somente uma defesa da possibilidade de pesquisas historiográficas realizarem estudos a respeito de processos históricos ainda em andamento e/ou temas deveras candentes na consciência coletiva, como também chamaram a atenção para as novas possibilidades heurísticas que este novo campo disciplinar poderia suscitar.

Em relação ao caso brasileiro, há um relativo consenso entre os/as pesquisadores/as desta vertente ao que tange a compreensão dos anos de vigência da ditadura militar (1964-1985) como um *período traumático* da nossa história recente. Assim, as pesquisas concernentes a este tema são carregadas de tensões devido as suas indissociáveis imbricações com o debate político e a função social do historiador. Como ressalta Carlos Fico, uma marca central da História do Tempo Presente é a possibilidade de pesquisador, objeto de pesquisa e público leitor estarem “mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, *não terminou*” (FICO, 2012, p.44-45). Tais elementos fornecem subsídios para se inserir este artigo no amplo conjunto de pesquisas historiográficas que buscaram lançar um novo olhar em relação a este *período traumático* do nosso passado recente. Por meio de uma abordagem voltada para se compreender as relações e práticas políticas de setores da sociedade civil – em especial elites empresarias e políticas - que apoiaram o golpe de 1964 e/ou a ditadura subsequente, busca-se promover uma contribuição à estes estudos.<sup>1</sup>

Este artigo visa ir ao encontro de duas preocupações típicas do campo disciplinar da História do Tempo Presente ao discutir de forma concomitante: o modo como o desenvolvimento dos meios de comunicação interferiu em grande medida nas relações e práticas políticas das sociedades do século XX e como a mídia impressa brasileira se estruturou durante o período da ditadura militar. Tais discussões serão operacionalizadas mediante um estudo de caso a respeito dos usos promovidos por uma fração da elite empresarial e política local da região do Vale do Itajaí-SC do periódico *Jornal de Santa Catarina* com vistas de: legitimar o seu apoio ao regime militar,

---

<sup>1</sup> Uma ampla lista de trabalhos poderiam ser inseridos neste conjunto de obras, todavia, ao restringirmos a abordagem deste artigo ao apoio de elites empresarias e políticas da sociedade civil ao golpe, torna-se elementar citarmos as contribuições das pesquisas de René Armand Dreifus a respeito da participação do empresariado nacional e multinacional no golpe de 1964 e de Lucia Grinberg em relação as relações e práticas políticas da ARENA. Cf. (DREIFUS, 1981); (GRINBERG, 2009).

mobilizar a sociedade civil em prol da ARENA e propor uma concepção delimitada em torno do que deveria, ou não, ser incluso na esfera do *político*.

Com o alargamento das zonas de influência dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas, as práticas políticas parecem ter não somente sido impactadas por tais avanços, como cada vez mais têm buscado se adaptar ao que a mídia *seleciona* ou *descarta* como ‘*verdadeiramente político*’. Para melhor delimitarmos os termos pelos quais os conflitos e aproximações entre a esfera da *mídia* e da *política* serão analisados neste trabalho, faremos uso do conceito de *campo* de Pierre Bourdieu. Grosso modo, ao se trabalhar com o conceito de *campo*, devemos compreendê-lo enquanto um *microcosmo*, ou um “pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social” (BOURDIEU, 2011, p.194). Assim, nos termos do próprio autor, dentro deste *pequeno mundo social*, podemos verificar

um grande numero de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. Autônomo, segundo a etimologia, significa que tem sua própria lei, seu próprio *nomos*, que tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento. E um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho. Um universo que obedece a suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário (Idem, *Ibidem*, p.194-195).

Considera-se tal perspectiva profícua para os desígnios deste estudo, pois o mesmo parte do intuito de explorar os benefícios heurísticos do conceito de *campo* para se compreender as múltiplas interações entre o *campo político*<sup>2</sup> e o *campo da mídia*<sup>3</sup> a partir de uma análise centrada no caderno de *política* do *Jornal de Santa Catarina* ao longo de um recorte temporal restrito. A seleção desta seção específica do jornal justifica-se pela constatação de que nesta reside um dos espaços onde há uma maior interação e disputa entre os *campos* em questão pela narrativa em torno das relações políticas e da atribuição de legitimidade em relação ao que deve ou não ser compreendido enquanto *político*. Assim, na perspectiva do cientista político Luís Felipe Miguel, há uma tendência da mídia em restringir a *política* às ações das instituições,

---

<sup>2</sup> Ao nos referirmos ao conceito de *campo político* estaremos partindo das contribuições de Pierre Bourdieu nos seguintes trabalhos: Cf. BOURDIEU, 1990, BOURDIEU, 2011.

<sup>3</sup> Em relação ao conceito de *campo da mídia*, vamos ao encontro da perspectiva de Luís Felipe Miguel em: MIGUEL, 2014

como os governos, partidos políticos, parlamentares e eleições. Na esteira deste raciocínio, o autor coloca que

a delimitação da política enquanto tal nessas esferas nada possui de natural ou inevitável. Ao contrário, é fruto da própria luta política e traduz determinada hegemonia. A separação entre política e economia sob o capitalismo, por exemplo, retira do escrutínio público as decisões sobre o investimento produtivo que, no entanto, têm um impacto mais significativo na vida cotidiana do que a maior parte das medidas governamentais. Também permite que a propriedade privada se coloque como uma barreira às reivindicações de democracia e participação, que assim ficam excluídas de dentro das empresas. Em suma, trata-se de uma demarcação que contribui para a manutenção da ordem capitalista. (...) Como efeito dessa delimitação do campo político, questões importantes (como o direito ao aborto, por exemplo, a proteção ao meio ambiente ou a busca por maior autonomia no local de trabalho) recebem o *status* de periféricas mesmo quando merecem atenção pública. São importantes, talvez, mas não são *verdadeiramente políticas*. (MIGUEL, 2014, p.162)

No caso deste artigo, as características do contexto histórico de nossa pesquisa atribui determinadas particularidades na relação entre *política* e *meios de comunicação*, em especial devido ao fato desta interação ser amplamente influenciada e delimitada pelo autoritarismo vigente do período ditatorial.<sup>4</sup> Deste modo, a ampla concentração dos meios de comunicação entre membros da ARENA foi uma prática comum em Santa Catarina durante o regime militar, de tal maneira que os dois jornais de maior circulação no estado (*O Estado* e *O Jornal de Santa Catarina*) estiveram sob o controle de lideranças do partido do governo.<sup>5</sup> Em última instância, tais característica do período em questão podem suscitar debates em torno da possibilidade de se afirmar a própria existência de um *campo político* e um *campo mídia*, visto que uma das condições essenciais para a configuração de um *campo* para Bourdieu é a possibilidade de autonomia desfrutada pelos próprios agentes que o constituem para constituir as regras internas de funcionamento do mesmo.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Numerosos trabalhos poderiam ser citados a respeito das distintas relações e articulações entre a imprensa brasileira e o regime militar, todavia, nos limitaremos a citar as seguintes contribuições: AQUINO, 1999, KUSHNIR, 2004, MARCONI, 1980.

<sup>5</sup> Ao longo de nosso recorte temporal, *O Estado* de Florianópolis esteve sob a posse de Aderbal Ramos da Silva, e como exposto ao longo deste artigo, o *Jornal de Santa Catarina* de Blumenau permaneceu sob a conduta de um grupo empresarial com ligação direta com a família Konder-Bornhausen e membros do empresariado da região do Vale do Itajaí que também eram filiados ao partido. Convém apontar também que durante os anos de 1975 e 1979, o Governo Federal realizou a concessão de 22 emissoras de rádio e cinco de televisão para Santa Catarina, as quais foram distribuídas entre 20 contemplados – todos estes membros da ARENA (PEREIRA, 1992, p.94-95)

<sup>6</sup> Em entrevista cedida para o historiador Roger Chartier no ano de 1988, Pierre Bourdieu afirmou que a configuração de um *campo* somente é possível a partir de determinados critérios. Em suas palavras, para

Embora as reflexões deste trabalho sigam o raciocínio de Pierre Bourdieu quando este propõe que um dos benefícios heurísticos do uso do conceito de *campo político* gira em torno do fato de se atribuir um determinado grau de autonomia às representações e relações políticas - não compreendendo estas como “uma espécie de manifestação epifenomênica das forças econômicas e sociais de que os atores políticos seriam, de certo modo, os títeres” (BOURDIEU, 1990, p.175) – deve-se salientar a importância do diálogo entre os fenômenos políticos e midiáticos e a ordem capitalista vigente. Assim, ao longo desta pesquisa, temos o intuito de explorar as possíveis articulações entre estas três esferas (mídia, política e econômica), bem como de compreender como certos indivíduos atuaram nos três âmbitos, sendo o exemplo mais bem acabado a figura do vereador, empresário e colunista de jornal, Ingo Wolfgang Hering.<sup>7</sup>

As reflexões que seguem estão divididas em dois momentos, com o fito de apresentar de forma mais pormenorizada as particularidades do uso do jornal enquanto um instrumento político por parte desta elite local em contextos distintos do período ditatorial. Em um primeiro instante, discutir-se-á o surgimento do periódico no ano de 1971 como um grande investimento de um pungente e bem estabelecido grupo da elite empresarial local no ramo das comunicações, sendo que também será analisado por meio da documentação oriunda do jornal as tensões entre estes empresários membros da ARENA e o grupo político ligado a gestão do governador Colombo Machado Salles (1971-1975), a qual almejava desenvolver uma *reforma* na política catarinense. Após estas reflexões, será realizada uma análise da atuação do *JSC* durante o governo de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979), um tradicional político local e membro desta elite empresarial da região do Vale do Itajaí com fortes influências dentro do periódico

---

que um *campo* consolide-se, torna-se “necessário existir um jogo e uma regra do jogo prático. Um campo é bastante semelhante a um jogo (...). No entanto, uma das principais diferenças é que o campo é um lugar em que há uma lei fundamental, várias regras, mas nenhuma nomóteta, nenhuma instância e nenhuma federação – tal como no esporte – para enunciar as regras. E, finalmente, há regularidades imanescentes a um campo, sanções, censuras, repressões e recompensas, sem que nada disso tenha sido instituído”. Tais apontamentos merecem ser levados em conta para que se discuta de forma mais aprofundada a respeito da constituição do *campo político* e *campo mídia* no Brasil e os desdobramentos da grande influência do Estado na organização de ambos após o golpe de 1964. Se a autonomia dos agentes que constituem o *campo* é condição fundamental para que este se configure como tal, como mobilizar este conceito para pensar as relações internas entre os campos e as práticas coercitivas do Estado durante a ditadura militar? A perspectiva adotada nesta pesquisa parte do pressuposto da viabilidade do uso do conceito, mas os questionamentos levantam problemas que ainda não demonstram-se perfeitamente resolvidos. Cf. (BOURDIEU; CHARTIER, 2012, p.73).

<sup>7</sup> Então diretor-Presidente da Cia. Hering, o mesmo atuou também na política partidária sendo vereador por cinco mandatos seguidos pela UDN e ARENA – tendo posteriormente também se filiado ao PDS - e a partir do ano de 1976 passou a ser colunista do *Jornal de Santa Catarina*, parceria que durou até o ano de 1989.

em questão, o que levou este último a promover leituras e propagandas amplamente favoráveis a sua gestão.

Convém destacar também que ao se considerar para os fins desta pesquisa os impressos como uma fonte histórica, as análises seguirão o questionário proposto por Tânia Regina de Luca para se promover a devida crítica da fonte, que consiste em: localizar as publicações na história da imprensa; atentar para as características materiais do periódico; assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; caracterizar o material iconográfico presente; caracterizar o grupo responsável pela publicação; identificar os principais colaboradores; identificar o público a que se destina a publicação e identificar as fontes de receita (LUCA, 2010).

### **Os primeiros anos e o governo Colombo Salles (1971-1975)**

No dia 21 de setembro de 1971, na cidade de Blumenau, o governador do estado de Santa Catarina, Colombo Salles, acionou a moderna impressora *off-set* – a primeira no estado – do recém-criado *Jornal de Santa Catarina* para assim ser impresso o seu primeiro exemplar. Ironicamente, a manchete que estampava a primeira página do jornal era uma denúncia às condições de saneamento básico no estado: “Esgoto só existe em duas cidades de Santa Catarina” (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1971, p.1). Após o governador tecer algumas palavras, a impressora e a redação do jornal foram batizadas e abençoadas pelo bispo Dom Gregório Warmeling e pelo pastor Meinard Piske. A festividade terminou em um jantar de gala com a presença de nomes da política e do empresariado do Vale do Itajaí, tais como o próprio governador Colombo Salles, o ex-vice-governador do Estado Jorge Konder Borhausen, o diretor-presidente da Cia. Hering, Ingo Hering, além do seu filho mais velho e então vereador, Dietrich Hering. O que estes indivíduos tinham em comum? Todos eram membros da ARENA.

O *JSC* surgiu como um projeto dentro da *TV Coligadas* de Blumenau, a primeira rede televisiva do Estado de Santa Catarina. Um grupo de empresários em sociedade formavam a diretoria da emissora e do *JSC*, sendo estes: Wilson de Freitas Melro (diretor-presidente), Caetano Deeke de Figueiredo (diretor-superintendente) e Flávio de Almeida Coelho (diretor-comercial). Inicialmente foi desenvolvida como um projeto autônomo, mas logo em seus primeiros meses veio a se tornar uma filiada da *Rede Globo*, a *TV Coligadas* estava em expansão em Santa Catarina no início da década de 1970, tendo iniciado suas transmissões no dia 1º de setembro de 1969, dia do

aniversário de fundação da cidade de Blumenau. Um ano depois de inaugurada, a emissora já cobria praticamente dois terços do território catarinense (1992, p.124-145). Sua programação era voltada para o público da região do Vale do Itajaí, sendo que alguns dos principais programas já recebiam o patrocínio de empresas da mesma região, tal como o *Repórter Garcia* (Cia. Garcia) e o *Telejornal Malhas Hering* (Cia. Hering) (*Idem, Ibidem*, p.124-145).

De acordo com o jornalista Moacir Pereira, em dezembro de 1970 ocorreram os primeiros contatos para a compra da impressora *off-set*, capaz de imprimir de forma mais rápida, em maior quantidade e com uma melhor qualidade gráfica. A compra da impressora foi um grande investimento e um diferencial na época, pois os demais jornais catarinenses ainda operavam com antigas rotoplanas. O *Jornal de Santa Catarina* buscou se diferenciar também pela sua equipe de profissionais. A grande maioria destes eram gaúchos formados na PUC-RS, com experiência no ramo e escolhidos pessoalmente por Nestor Fedrizzi, o diretor-chefe da redação e professor na universidade gaúcha (*Idem, Ibidem*, p.124-125). Assim, o *JSC* surgia no mercado de jornais catarinenses com o diferencial de ser o primeiro periódico regional a estar inserido neste movimento de modernização da imprensa brasileira, que passou a contar com novas tecnologias e com o aumento da presença de profissionais com formação acadêmica na área de jornalismo em suas redações (MARTINS, LUCA, 2008). Tais informações demonstram-se caras para esta pesquisa, pois auxiliam a compreender em que posição o *JSC* encontrava-se nas disputas e dinâmicas próprias do *campo mídia*.

A primeira edição do jornal foi publicada no dia 22 de setembro de 1971, sendo possível perceber em suas páginas duas questões de grande relevância para este trabalho: os patrocinadores, anunciantes e demais grupos que apoiavam o jornal e a sua particular forma de influir nas disputas políticas.<sup>8</sup> Nesta, uma carta voltada ao *povo catarinense* demonstrava alguns indícios da sua postura em ampla defesa dos interesses empresariais. Ao buscar coadunar com as diretrizes da gestão do governador Colombo

---

<sup>8</sup> No conjunto dos principais anunciantes do jornal pode-se perceber a constante presença de determinadas empresas que eram presididas por importantes lideranças locais da ARENA no período estudado, tal como a Cia. Artex (Carlos Curt Zadrosny), a Cia. Garcia (Jorge Buechler e Marcos Henrique Buechler), a Eletro Aço Altona (Bernardo Wolfgang Werner) e a Cia. Hering (Ingo Wolfgang Hering). Também demonstrou-se comum no jornal os anúncios da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), então presidida por Bernardo Wolfgang Werner, e do Banco Estadual de Santa Catarina (BESC), que a partir de 1975 passou a ser presidido por Jorge Konder Bornhausen – sendo que neste mesmo ano o político e seu irmão, Paulo Konder Bornhausen, tornaram-se acionistas do *JSC*.



Salles de excluir os antagonismos entre governo e empresa<sup>9</sup>, o *JSC* emitiu um posicionamento ressaltando o papel que os veículos de informação de massa teriam enquanto ferramenta de comunicação do governo e das empresas para *educar e orientar o povo*.<sup>10</sup> Todavia, nas páginas do mesmo jornal, é possível encontrar tensões na relação entre o grupo que o comandava e o governo Colombo Salles.

Tais atritos estiveram relacionados com a proposta do novo governador de promover uma *renovação* na política catarinense, e em especial na ARENA estadual. Para tal, Salles indicou um Secretariado formado em grande medida por *técnicos* (economistas, engenheiros, militares e professor universitários) que não possuíam filiação partidária prévia, bem como criou um plano de governo – o *Projeto Catarinense de Desenvolvimento* (PCD) – que, logo em suas primeiras páginas, afirmava que “a verdadeira democracia supõe a superação das oligarquias estaduais municipais, a renovação de valores e a reforma das instituições” (SANTA CATARINA, 1971, p.1). A ofensiva de Salles contra as lideranças locais da ARENA - as famílias Ramos e Konder Bornhausen - também contou com constantes tentativas por parte do governador de angariar o apoio de deputados estaduais arenistas e obter amplo domínio da Assembleia Legislativa estadual com vistas de implementar suas reformas, o que veio a gerar uma divisão na ARENA local entre a ala *renovadora* e a ala *tradicional*.<sup>11</sup>

Durante os primeiros anos do governo Salles, a Assembleia Legislativa foi presidida pelo deputado estadual Nelson Pedrini, em um mandato marcado por

---

<sup>9</sup> “O Projeto Catarinense exclui os antagonismos Governo-Empresa, de vez que entende que a Empresa e o Governo são sócios do mesmo empreendimento: o progresso, a prosperidade, o bem estar. O governo não será empecilho nem pretende executar diretamente nada que possa ser atribuído à Empresa. (...) Os egressos do sistema de formação, em nível superior ou médio, serão, por conseguinte, estimulados a se organizarem em empresas geradoras de emprego, difundido os seus conhecimentos de maneira sistemática e lucrativa (o que é mais importante)” (SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1971, p.3-4).

<sup>10</sup> “O *JSC* nasce em uma época singularmente importante para a comunidade barriga-verde. Vivemos momentos de extraordinária expectativa, neste alvorecer de uma nova era, vista sobre os prismas da integração **Governo – Empresa – Povo**. E o papel deste veículo de informação, como de todos já existentes, está diretamente ligado ao processo da integração catarinense. Governo compreendido em todos os seus degraus hierárquicos e em todos os Poderes Harmônicos e Empresa – alavanca propulsora da economia estadual - precisam, devem e necessitavam de uma comunicação com o povo, em todas as suas representatividades. E o diálogo a estabelecer só pode ser exercido através dos veículos de comunicação de massa. (...) Uma palavra final de expectativa: os meios de comunicação de massa envolvem o mundo, tornando-o menor e mais íntimo de cada um de nós. Traz em informações, entretém, educam e orientam a opinião pública. E efetivamente a tarefa fundamental que, a partir de Guttemberg, permitiu ao Homem abrir as janelas do mundo para melhor conhecê-lo. O processo de cultura de massa é executado com maior assiduidade e intermitência pelos veículos de comunicação. Seja o *JSC* não apenas um informativo, um entretedor, um orientador de opinião, seja fundamentalmente um instrumento de educação, porque, parafraseando Thomas Jefferson ‘onde a imprensa é livre e todo homem é capaz de ler, tudo está salvo’ (JORNAL DE SANTA CATARINA, 22/9/1971, p.15).

<sup>11</sup> Para uma discussão pormenorizada a respeito das relações políticas da ARENA catarinense durante a gestão Colombo Salles Cf: DUWE, 2016

discursos inflamados contra as famílias Ramos e Konder Bornhausen. Um exemplo destas duras críticas pode ser visto no seguinte trecho de uma entrevista cedida pelo deputado à *Rádio Joinville* no dia 5 de julho de 1971:

Não podemos ter o nosso Estado como se fosse uma grande fazenda onde três milhões de catarinenses que lá vivem fossem três milhões de peões a receber ordens ditadas por quatro famílias que mandam na política desde 1930. (...) Não serão meia dúzia de lavadeiras de fundo de quintal que farão eu me afastar das minhas diretrizes (PEREIRA, 2007, p.111)

Os ideais de *renovação política* de Colombo Salles sempre foram difusos e pouco claros em torno dos seus métodos e objetivos, sendo melhor compreendidos como uma amalgama de diferentes críticas em torno da política catarinense do que um conjunto bem acabado de ideais e projetos políticos. Assim, este estilo de retórica agressiva de Pedrini não pode ser entendido como preponderante dentro deste grupo, mas foi compartilhado por alguns deputados arenistas e secretários do governo Salles, ficando caracterizada como *pregação anti-oligárquica*. Em sua biografia, intitulada *Pedra Lisa*, Pedrini declara que um dos maiores desafios para os *renovadores* da ARENA catarinense era o combate às críticas e aos *silêncios* impostos pela grande mídia catarinense, a qual era monopolizada pelas oligarquias. De acordo com o ex-deputado estadual, nos jornais e nas rádios em posse destas famílias, “era terminantemente proibido noticiar as andanças dos *renovadores* e, mais ainda, citar os seus nomes”; portanto, a mídia local se dedicaria a “vencer o ímpeto dos rebeldes, pelo cansaço e pelo desconhecimento de suas atividades” (PEDRINI, 2001, p.161). Ainda a respeito deste tema, Pedrini afirma em sua biografia que

a pregação tinha de ser ao vivo e diretamente. Na época o jornal de maior circulação era *O Estado*, de propriedade do doutor Aderbal Ramos da Silva, portanto da maior estirpe do conservadorismo pessedista. Na Capital, circulava também *A Gazeta*, intimamente ligada ao grupo tradicional da UDN. Impresso em Blumenau, o *Jornal de Santa Catarina*, no começo, dava cobertura às andanças dos renovadores. Depois se calou. O diário *A Notícia*, de Joinville, adotou posição de neutralidade. As duas maiores rádio-emissoras de Florianópolis também se posicionaram contra nossa pregação. *A Rádio Guarujá* era de propriedade, também, do doutor Aderbal Ramos da Silva, e a *Rádio Diário da Manhã* pertencia ao ex-governador Irineu Bornhausen. Portanto, os deputados que pregavam a renovação não dispunham de espaços na mídia. (...) Diante dessa realidade, não havia outro jeito senão ir diretamente ao povo. Foi o que eu e os deputados acima citados fizemos. Todos ou alguns de nós estivemos para proferir palestras, de preferência para estudantes, nas cidades (Idem, Ibidem).

Pode-se perceber nesta citação uma zona de intercâmbio e conflito entre o *campo mídia* e o *campo político*: o modo como os meios de comunicação selecionam as movimentações no *campo político* que devem ser *silenciadas* ou *noticiadas* acaba por afetar as próprias formas de expressão das relações políticas. Um exemplo desta afirmativa é a readaptação de estratégias do grupo *renovador*; devido ao tratamento que o mesmo estava recebendo da mídia local, os seus membros buscaram privilegiar a realização de palestras ao invés da cobertura jornalística para entrar em contato com a sociedade catarinense. Todavia, as movimentações da ala *renovadora* não foram totalmente afastadas do caderno de *política* do *JSC*, mas sua presença neste acabou sendo marcada por críticas negativas ao grupo. O periódico demonstrou-se amplamente favorável a *ala tradicional* da ARENA nos conflitos internos do partido, sendo registradas em suas páginas ataques ao indivíduos que constituíam o grupo de apoio de Colombo Salles. Por meio de notícias e artigos do principal colunista do jornal no período, Adolfo Ziguelli, em sua coluna intitulada *Ponto por Ponto*, pode-se acompanhar estas particulares tensões entre *campo mídia* e *campo político*.

O *JSC* mobilizou diferentes estratégias em prol da deslegitimação do grupo *renovador* durante a gestão Colombo Salles, sendo estas passíveis de serem percebidas nas suas ofensivas contra os deputados estaduais que apoiavam o governador, bem como no caso da exoneração do Secretário do Governo, Victor Fernando Sasse. Em relação ao primeiro caso, temos um episódio que foi noticiado como *Escândalo na Assembleia* na capa da edição de 29 de setembro de 1971 do *JSC* (JORNAL DE SANTA CATARINA, 29/9/1971, p.1). Pedrini acusou o ex-governador Ivo Silveira (1966-1971) - e aliado político dos Ramos - de durante a sua gestão ter forçado os parlamentares a aprovarem com rapidez um projeto que nomearia novos funcionários para a Assembleia Legislativa com o intuito de beneficiar a sua rede de contatos eleitorais por meio de cargos comissionados. Em réplica, os adversários de Pedrini, o acusaram de realizar uma péssima administração como presidente da Assembleia. O principal foco das críticas foi o da presença de policiais militares na mesma, sendo que estes foram designados para controlar o cartão de ponto dos funcionários da Casa, inclusive dos deputados, e a partir do início da sessão não permitir a entrada ou saída de ninguém sem a devida autorização. Devido a má repercussão na mídia do caso, em menos de duas semanas o mesmo foi resolvido com a dispensa dos serviços dos

policiais. Todavia, o tratamento dado pelo *JSC* ao episódio foi criticado pelo deputado estadual, e membro da ala *renovadora*, Henrique Córdova. Em suas palavras:

pode a imprensa usar do episódio, mas é forçoso que se diga, que aqui NENHUM ESCANDALO OCORREU. E, quem quiser fazer escândalo para fazer manchete, que faça também o escândalo. A ninguém, portanto, cabe o direito de ditar normas a homens como nós, que fomos trazidos pelo 'beneplácito do voto popular', de no mínimo dez mil votos. E, muito menos qualificar o que aqui se passa, de escândalo (JORNAL DE SANTA CATARINA, 6/10/1971, p.4).

O *JSC* respondeu as críticas de Córdova por meio do seu editorial do dia 9 de outubro de 1971, afirmando que apenas realizou o seu papel que lhe cabia como imprensa de informar e formar opinião e que “escândalo foi, efetivamente, o que houve na Assembleia. Escândalo, e não merece outro qualificativo o pronunciamento de um presidente de Assembleia que denuncia, da tribuna, um ex-governador” (*Idem, ibidem*, p.2). Também houve resposta na coluna *Ponto por Ponto* assinada pelo jornalista Adolfo Zigelli, o qual ironizou o caso, comentado que “gostamos muito mais do Senhor Córdova como Deputado brilhante e advogado respeitado. O papel que começou a desempenhar não lhe assenta bem e não terá muito futuro com ele” (ZIGUELLI, *Ibidem*, p.4). O uso do periódico para atacar a legitimidade deste grupo vai ao encontro do que Bourdieu salienta ser uma especificidade das disputas do *campo político*. Para o autor, o indivíduo que entra neste *microcosmo*, independente deste ato ser deliberado ou não, “se compromete tacitamente a eximir-se de certos atos incompatíveis com sua dignidade, sob pena de escândalo”, pois o *capital político* “trata-se de um capital de reputação, ligado a notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, *notável*” (BOURDIEU, 2011, p.195-204). Deste modo, o que se percebe nas ofensivas do grupo dirigente do *JSC* contra os deputados estaduais em questão é uma tentativa de - por meio de sua grande influência no *campo mídia* - desmoralizar estes indivíduos perante a opinião pública para que os mesmos percam espaço e legitimidade dentro das disputas pelo domínio do *campo político*.

Um outro momento marcado pela intervenção do *campo mídia* nas relações e na organização do *campo político* pode ser percebido na renúncia do Secretário de Governo da gestão Salles, Victor Fernando Sasse, no dia 21 de dezembro de 1971. O motivo foi a pressão política gerada pela repercussão de uma entrevista que o então Secretário concedeu ao jornal gaúcho *Correio do Povo* no dia 20 de dezembro de 1971.

Sasse afirmou que “o governo de Santa Catarina conseguiu contornar a crise política com as lideranças tradicionais, surgida após uma manifestação do Presidente da Assembleia, sem fazer quaisquer concessões de caráter político ou administrativo” (ZIGUELLI, 21/12/1971, p.4). O Secretário também chegou a enfatizar que o governo não abriria “concessões que proporcionassem às oligarquias maior participação e nem poderíamos abrir”. Por fim, o mesmo teria causado uma situação constrangedora junto às Forças Armadas ao comentar não sentir a “ingerência dos militares no governo e na política. Talvez porque o Estado tenha apenas uma unidade naval e a Marinha seja normalmente mais retraída” (*Idem, ibidem*).

Como Secretário do Governo, Sasse representava o governador Colombo Salles nesta passagem pelo Rio Grande de Sul e tais palavras de afronta às oligarquias tradicionais e uma possível alusão à intervenção da Marinha em questões políticas e administrativas não passaram despercebidas. Ao chegar em Florianópolis no dia seguinte à publicação da entrevista, o secretário não resistiu às pressões e pediu a renúncia. Segundo o colunista Adolfo Ziguelli, o pecado capital de Victor Sasse foi “o entusiasmo quase juvenil” e sua “audácia em afrontar as lideranças tradicionais”. Em sua coluna o mesmo definiu nos seguintes termos o ocorrido com o secretário:

Moço e idealista, o Secretário do Governo tinha pressa, como tem pressa todos os que vem abrir as perspectivas de uma ação positiva na vida pública. Minimizou, contudo, a importância e o legado da tradição política, mãos invisíveis que do fundo da história estendem a sua influência e seu magnetismo sobre as ações do presente. E sucumbiu ante os longos braços das lideranças tradicionais, nascidas e educadas para o desempenho da função política (ZIGUELLI, 22/12/1971, p.4).

Novamente demonstra-se deveras perceptível a grande capacidade dos meios de comunicação de influenciar nas relações políticas, bem como na organização das disputas do *campo político*. Cabe aqui destacar como a própria mídia se especializou em *fabricar* de forma artificial – no sentido de *não espontâneo* ou *não orgânico* - os próprios eventos que ela cobre, sendo um dos exemplos desta prática o ato da entrevista; a própria existência da mesma implica necessariamente na sua reprodução em um meio de comunicação, retirando do seu escrutínio a *espontaneidade* da conversação (MIGUEL, 2014). Ao partirmos desta constatação, uma leitura possível do caso pode ser realizada ao se constatar a falta de habilidade do secretário em não prever

as possíveis repercussões políticas de sua declaração em uma entrevista, em especial, os usos que os meios de comunicação promoveriam de sua fala.

Convém destacar que os constantes conflitos entre a imprensa e o grupo de apoio do governo Colombo Salles foram típicos desta gestão, não sendo o *JSC* o único veículo que buscou deslegitimar a gestão em questão. Embora não seja do escopo das análises deste artigo, deve-se destacar que no âmbito regional o jornal de maior circulação de Santa Catarina, *O Estado*, também realizou duras críticas à gestão de Salles. O momento mais emblemático destas tensões foi o *furo de reportagem* do jornal no mês de agosto de 1971, quando o periódico vazou informações oriundas de uma documentação apresentada por Colombo Salles ao presidente-militar Emílio Garrastazu Médici, na qual destacaram-se críticas ao domínio das ditas *lideranças tradicionais* na ARENA, bem como as dívidas deixadas pela gestão anterior de Ivo Silveira.<sup>12</sup> Até mesmo veículos da grande imprensa de circulação nacional promoveram ofensivas à gestão Salles, como foi o caso da *Revista Veja*, que demonstrou-se amplamente favorável às famílias Ramos e Konder Bornhausen no embate de forças entre tais elites políticas com o grupo de apoio ao governador, como pode ser percebido na reportagem *Arenogarquia*, publicada em meados de 1971.<sup>13</sup>

Tais apontamentos apresentam-se de grande relevância para as reflexões aqui desenvolvidas, pois a partir do ano de 1972 o governo Colombo Salles passa a receber grande resistência interna na ARENA catarinense, implicando em uma contínua perda de espaços de poder no próprio partido e de influência na opinião pública. Com a eleição em 1972 de Zany Gonzaga para a presidência da Assembleia Legislativa, a escolha de Jorge Konder Bornhausen para assumir a presidência do Diretório Regional da ARENA em 1973, e principalmente com a indicação do senador Antônio Carlos Konder Reis para o cargo de governador do estado a partir de 1975, o governo Colombo

---

<sup>12</sup> De acordo com a documentação apresentada pelo jornal, Salles relatou que “em Santa Catarina perduram as divisões da ARENA, o que pode comprometer o desejo de renovação e o aparecimento de novos líderes”, bem como que, no campo administrativo, “os compromissos assumidos pela Administração anterior equivalem a 80% deste orçamento”. Cf: (O ESTADO, 5/8/1971, p.1)

<sup>13</sup> O caráter tendencioso da abordagem da reportagem em questão em relação as disputas entre o governador Colombo Salles e as oligarquias pode ser percebida tanto na forma como esta se refere às famílias políticas (os *valerosos Ramos* e os *briosos Konder*), bem como na sua chamada, onde se afirma o seguinte: “Os velhos políticos são habitualmente céticos. Por isso, quando o governador de Santa Catarina, engenheiro Colombo Salles, anunciou em seu Projeto de Desenvolvimento que *a verdadeira democracia impõe a superação das oligarquias estaduais*, nem a família Ramos, do ex-PSD, nem a dos Konder- Bornhausen da ex-UDN, se consideraram atingidas. Afinal de contas, elas não se consideram oligárquicas. Tolerantes, também não se irritaram quando o governador recrutou seus auxiliares entre técnicos equidistantes das duas famílias, hoje congregadas na comunidade arenista”. Cf: (REVISTA VEJA, 26/05/1971, p.20).

Salles demonstrou-se incapaz de conduzir uma *renovação* política em Santa Catarina. Neste processo de derrocada da gestão Salles não podemos deixar de considerar como um fator estrutural deste movimento a pouca influência do grupo de apoio do governador no *campo mídia*, a qual veio a desencadear repercussões nas disputas do *campo político*.

### **Novo contexto, velhos atores: o Jornal de Santa Catarina e a gestão Konder Reis**

Nesta última parte do trabalho, será analisado o período em que o *JSC* demonstrou sua faceta ainda mais conservadora. Importantes eventos ocorreram no ano de 1975 e demonstraram o domínio da família Konder-Bornhausen em espaços como a ARENA catarinense e o *JSC*. No dia 15 de março, Antônio Carlos Konder Reis tomou posse do cargo de governador de Santa Catarina de forma conjunta com o seu secretariado formado não mais majoritariamente por *técnicos* sem filiação partidária prévia, mas por políticos locais com experiência no Legislativo e Executivo.<sup>14</sup> Já o segundo evento influi diretamente no jornal, pois no mesmo ano o grupo de empresários responsáveis pelo periódico decidiu transferir o controle acionário deste para um novo grupo de empresários e políticos da ARENA, formado por Mario Petrelli, Flávio Coelho, Lincoln Tarquini, Alceu Gugelmin, João Saad, Carlos Guilherme Addor e os irmãos Jorge Konder Bornhausen e Paulo Konder Borhausen. No cargo de redator-chefe, registra-se a saída do professor universitário e jornalista gaúcho Nestor Fedrizzi, para a entrada de Victor Márcio Konder, então jornalista e primo de Antônio Carlos Konder Reis. Deste modo, se do ponto de vista da imprensa nacional o ano de 1975 simbolizou um aumento nas demandas de distintos setores da sociedade civil pelo fim da censura prévia à imprensa por parte do Estado, uma ampliação na margem de aceitabilidade para críticas de cunho liberal ao regime ditatorial – como as realizadas pelo *Estadão* e *Folha de São Paulo* (AQUINO, 1999) - o *JSC* caminhou na contramão deste movimento, intensificando o seu caráter conservador, eliminando qualquer outra voz que dessoasse da conservadora linha editorial pautada pela elite política e empresarial local do Vale do Itajaí, bem como alimentando uma imagem de alinhamento pleno entre o Executivo Estadual e Executivo Federal.

---

<sup>14</sup> Na data da posse do secretariado, o ex-deputado estadual e então Secretário da Justiça, Zany Gonzaga, afirmou que o governo Konder Reis estaria determinado a cumprir “os deveres do administrador sem descumprir o do político, já que um separado do outro jamais conhecerá o êxito na condução da coisa pública” (JORNAL DE SANTA CATARINA, 16 e 17/03/1975, p.3).

Um evento marcante para este período foram as eleições nacionais de 1974, na qual o MDB duplicou o seu número de membros na Câmara Federal e conquistou 16 das 22 cadeiras do Senado, obtendo também importantes resultados em Santa Catarina com a vitória de Evelásio Vieira (MDB-SC) sob Ivo Silveira na disputa pelo cargo ao Senado e um maior equilíbrio nas bancadas parlamentares – 9 deputados federais foram eleitos pela a ARENA contra 7 do MDB, e 22 deputados estaduais eleitos pela a ARENA contra 18 do MDB. Portanto, coube à gestão de Konder Reis o papel de evitar novas derrotas da ARENA em Santa Catarina no pleito municipal de 1976 e no nacional de 1978. Enquanto um jornal vinculado aos interesses políticos da oligarquia Konder Bornhausen, o *JSC* foi um exímio defensor das políticas de Konder Reis e buscou intervir de forma direta nas campanhas eleitorais da ARENA neste período na tentativa de reverter o quadro do pleito anterior. A postura amplamente favorável ao partido e à gestão do governador pode ser vista no editorial do dia anterior ao das eleições municipais de 1976:

Com todo o respeito que merecem os nossos leitores emedebistas, assim como o próprio partido da oposição, julgamos do nosso dever, como órgão de opinião, alertar aos eleitores, especialmente aqueles que não estão comprometidos com legendas, para a importância particular que assumiu o pleito de 15 de novembro. Por uma série de circunstâncias da situação brasileira, estas eleições não representam apenas a escolha dos novos dirigentes municipais. Sua significação será muito maior. Elas servirão para aferir, em escala nacional, o grau de apoio declarado que o povo brasileiro concede ao Presidente Geisel e ao seu projeto político de 'plenitude democrática'. De outra parte, em nosso Estado, o voto de agora será também, um voto de confiança na Administração Konder Reis, perfeitamente sintonizada com a orientação do Presidente Geisel. Os destinos imediatos do País e de nosso Estado irão depender, em medida considerável, dos resultados deste pleito de caráter local. (...) Mais do que o voto numa legenda, o voto do dia 15 poderá ser um voto decisivo para o desenvolvimento político do País e para a prosperidade de Santa Catarina (JORNAL DE SANTA CATARINA, 14 e 15/10/1976, p.2)

É dentro desta conjuntura de um projeto de distensão baseado em uma estratégia política que pressupõe a subordinação de amplos setores da sociedade civil ao seu ritmo *lento, gradual e seguro* e seu conteúdo conservador, tipicamente conceituado pela ideia de uma *democracia forte*,<sup>15</sup> que o *JSC* passa a ter na pessoa de

---

<sup>15</sup> Conforme Aloysio Carvalho, “a estratégia de distensão explica-se, sobretudo, pelos antecedentes ideológicos da cultura política e dos diversos atores, cujos componentes pluralistas se manifestaram até mesmo no discurso adotado pelos dirigentes militares comprometidos com a ideia de uma democracia forte” (CARVALHO, 2005, p.129). Pode-se sugerir, assim, que a *democracia forte* seria salvaguardada contra a esquerda por um regime político liberal e conservador capaz de resistir às pressões populares



Ingo Wolfgang Hering um novo – e ao mesmo tempo antigo – colaborador para defender os interesses políticos e econômicos dos donos do jornal e seus investidores.<sup>16</sup> A partir do mês de outubro de 1976, Hering passou a assinar uma coluna no *JSC*, na qual discutia principalmente assuntos relacionados a política e economia. O seu primeiro artigo foi publicado no dia 13 de outubro de 1976 com o título *As opções da oposição – o desejável e o possível*. O mesmo compunha a primeira parte de uma série de 4 artigos que buscavam rebater as críticas do MDB ao governo de Ernesto Geisel. A data em que a coluna estreava também não era um mero acaso, muito menos a temática dos artigos; faltando um mês para as eleições municipais de 1976, Ingo atacava publicamente o MDB. Tratava-se de um evidente uso da mídia para fins eleitoreiros em prol da ARENA.

Já no texto de estreia de sua coluna, Hering colocou em debate uma discussão que permearia outros textos de sua autoria. Em suma, o autor questionou: tendo em vista a economia brasileira no atual momento e o seu modelo de desenvolvimento, o que é *desejável* e o que é *possível* de ser realizado? Em seus próprios termos, Hering expôs o panorama da seguinte forma:

É direito da oposição criticar o governo e pintar com cores bonitas o quadro daquilo que ela iria proporcionar ao povo, uma vez eleita. Mas, se o mesmo povo não souber distinguir entre o desejável e o possível, voltaremos novamente à situação de antes de 1964. Para compreender isso, temos, antes de mais nada, de tomar em consideração a nossa situação de país em desenvolvimento, agravada pela alta extorsiva do petróleo (HERING, 13/10/1976, p.2).

Na condições de um capitalista do seu tempo, Hering possuía preocupações próprias de sua época, ao passo de que muitas destas foram externadas em sua coluna, pode-se constatar a solidez da confluência de interesses entre o autor como representante da elite empresarial local, a política editorial do jornal e as ambições

---

pela força, ao passo em que, dada a necessidade de assegurar mais consistência política ao regime junto às suas bases de legitimidade, afigurou-se a necessidade de abrir espaços para a elite civil e para o desempenho eleitoral do partido oficialista – fosse a ARENA ou PDS.

<sup>16</sup> As relações entre Ingo Hering e o *JSC* se tornaram tão próximas ao decorrer do tempo que o periódico chegou a dedicar um editorial em homenagem à Hering quando este completou 70 anos de vida. Neste, teceram-se francos elogios à sua atuação como empresário, tais como: “vencendo dificuldades de toda ordem e baseando-se fundamentalmente na competência e na dedicação ao trabalho dele próprio e de seus colaboradores, criou, em Blumenau, uma indústria que é hoje patrimônio nacional e que se projetou no mercado externo como uma das principais, senão a principal organização brasileira exportadora de manufaturados têxteis, que percorrem atualmente grandes praças da Europa e dos Estados Unidos, levando ao estrangeiro o nome do Brasil como país industrializado”. Cf: (JORNAL DE SANTA CATARINA, 29/03/1977, p.2).

eleitorais da ARENA. Um breve levantamento quantitativo e qualitativo de seus artigos fornecem subsídios para se mapear o seu pensamento político conservador em ação, na medida em que Hering interpretava sob este viés ideológico os eventos concernentes as disputas pelo processo de redemocratização.

Neste sentido, o autor propunha que a abertura democrática poderia ser compreendida como uma “passagem de um sistema político que se pode chamar mais de paternalista do que de ditatorial” (HERING, 1/7/78, p.4), e até mesmo um movimento de cunho notoriamente autoritário como o *Pacote de abril* de 1977 foi interpretado como um “casuísmo” e um “indício da sua transitoriedade, destinando a garantir ao governo uma posição forte no Legislativo na transição para o pleno estado de direito” (HERING, 29/4/1978, p.4). Deve-se destacar também suas constantes críticas ao pensamento marxista e seus intelectuais, representados por Hering como “presos num verdadeiro círculo vicioso de semiverdades”, bem como “drogados, que, igualmente, não podem distinguir entre visão e realidade” (HERING, 3/8/1979, p.4), sendo que em seu artigo a respeito das greves do ABC, intitulado *Uma entrevista que o ‘Lula’ devia ler*, Hering responsabiliza os marxistas brasileiros diretamente pela *imaturidade* dos líderes sindicais do país, os quais “antes de mais nada, deviam desvincular-se dos slogans marxistas para que pudesse haver um diálogo mais proveitoso” entre empresários e sindicatos (HERING, 15/5/1979, p.4).

No ano de 1979, a reforma partidária proposta pelo regime acabaria com o sistema bipartidário e conseqüentemente com a ARENA e o MDB. Embora este processo de reestruturação do sistema partidário e de redemocratização não tenha afetado de modo estruturante a posição social ou mesmo as práticas dos membros destas elites políticas e econômicas, curiosamente o *JSC* passou a adotar uma postura distinta em relação as novas movimentações do cenário nacional e regional. Embora ainda atrelada ao mesmo grupo empresarial e político, a partir do ano de 1979 o periódico passou a praticar uma postura editorial de cunho liberal e muitíssimo mais moderada em perspectiva aos anos da gestão Konder Reis. Esta mudança apresenta-se notória a partir da reprodução dos artigos do jornalista Carlos Chagas no *JSC*, o qual - de modo muito distinto do de Ingo Hering, por exemplo - afirmaria que o governo realizava “uma reforma partidária artificial e casuística”, com vistas de “mais do que qualquer coisa a implodir a oposição, a tentar dividi-la sob a alegação de que, sem isso, será impossível prosseguir no processo de abertura política e de transferência de poder, dos militares para os civis” (CHAGAS, 22/11/1979, p.4). Todavia, para melhor se explorar esta nova

alteração na configuração das dinâmicas do *JSC* e do *campo mídia* em Santa Catarina seria necessário mais páginas neste artigo e, certamente, maior pesquisa empírica.

### **Considerações Finais**

Como exposto previamente, entre outros objetivos, este artigo visou explorar as contribuições heurísticas do uso do conceito de *campo* para se analisar as relações entre a mídia impressa e a política local de Santa Catarina durante a ditadura militar, ensejando assim novas possibilidades teóricas e metodológicas para a História do Tempo Presente. Devido as particularidades do período ditatorial brasileiro, como a permanência de determinadas instituições, práticas e rituais liberais e Casas Legislativas atuantes (ressalvando momentos como o AI-5 e o *Pacote de Abril*), as relações políticas que então se configuraram devem ser percebidas como deveras distintas de outras experiências autoritárias do Cone Sul. Estudos mais aprofundados a respeito das configurações do *campo político* deste período podem apresentar dimensões ainda pouco exploradas a respeito de suas ambiguidades e contradições. Características essas que ao longo do tempo passam a receber novos significados, em especial por parte dos atores envolvidos que buscam fomentar noções equivocadas a respeito da realidade política do regime. Para fins de exemplo, cabe a citação de um ex-arenista como Antônio Carlos Konder Reis, que no ano de 1997, em entrevista ao jornal *O Estado*, afirmou que “**no Brasil, de 1964 a 1985, não houve uma ditadura** [grifo nosso]; ditadura, segundo Aristóteles, é o governo de um só. Não houve um governo de um só; na ditadura não há eleição, no Brasil houve, diretas e indiretas” (*O ESTADO*, 25/03/1997, p.5). Há muito o que ser analisado e dito pelos historiadores em contraponto à discursos como estes.

Por fim, a abordagem a respeito das relações entre *campo mídia* e *campo político* por meio do *JSC* demonstrou-se profícua para se avançar na reconstituição de uma estrutura social da base de apoio do regime e compreender sob quais mecanismos e recursos estes indivíduos operacionalizavam suas próprias estratégias. Assim, pode-se perceber nas páginas do periódico em questão, ações de resistência às políticas de reforma da ARENA propostas pelo governo Médici ao indicar Colombo Salles para governador, bem como de ostensivo apoio ao governo de Antônio Carlos Konder Reis, permitindo assim constatar a solidez desta rede de sociabilidades entre jornal, empresariado do Vale do Itajaí e políticos locais. Por fim, envoltos ainda sob um confortável silêncio proporcionado pela carência de pesquisas historiográficas, os

impressos produzidos ao longo do período ditatorial aguardam em seus acervos por pesquisadores ávidos a explorarem novas possibilidades de estudos e abordagens.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e O Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. O campo político. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2011, n.5 [cited 2016-07-27], pp.193-216.

\_\_\_\_\_; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974- 1985). *Dados*, Rio de Janeiro , v. 48, n. 1, p. 115-147, Mar. 2005.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUWE, Ricardo. *Entre a técnica e a tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2016.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. O caso brasileiro. *Varia Historia*, vol. 28, núm. 47, pp. 43-59, enero/junio. 2012.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira : (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980.

MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de (orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. *Democracia e representação*. São Paulo: Ed.UNESP, 2014.

PEDRINI, Nelson. *Pedra Lisa: como tudo aconteceu*. Florianópolis: Ed. Papa livro, 2001.

PEREIRA, Moacir. *Imprensa & Poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

\_\_\_\_\_ *Colombo Salles: o jogo da verdade*. Florianópolis, Insular, 2007.

SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1971-1975 (Colombo Salles). *Projeto Catarinense de desenvolvimento, 1971-1974*. Florianópolis: [s.n.], 1971.

Recebido em 20/09/2016

Aceito em 22/11/2016